

# A Amazônia é brasileira?

Ives Gandra da Silva Martins

Seis questões têm sido colocadas, no cenário internacional, sobre a Amazônia. A primeira é de representar a maior floresta úmida do globo terrestre. A quem interessa este controle? A segunda é de que detém de 14% a 20% (variam os dados) da água potável da Terra. Tal preservação deve ser apenas brasileira? A terceira é de que há uma fantástica reserva mineral, de interesse de todos os países. A quarta é de que se trata de uma área pouquíssimo habitada, não necessária à população brasileira, mas útil para a Humanidade. A quinta, é de que a própria Constituição brasileira ofertou 10% de seu território nacional e 20% da área amazônica a 250 mil índios, sendo que o texto constitucional considera a cultura dos índios diversa da nacional, devendo aquela ser preservada nos seus próprios modelos. É, portanto, área dos índios e não dos brasileiros. E a última questão é a de que o próprio governo federal pouco tem feito para garantir a soberania nacional sobre a Amazônia, não incrementando suficientemente o seu desenvolvimento, tanto que atrasou a proteção que o Projeto SIVAM e da Calha Norte poderia propiciar, sobre buscar, de todas as formas, retirar incentivos fiscais que os constituintes asseguraram para a região até 2013, os quais têm permitido a tal extensão territorial algum desenvolvimento.

É de se lembrar que o governo do Amazonas não tem "déficit" público e nada deve ao governo federal, não tendo solicitado a rolagem da dívida, como ocorreu com todas as unidades federativas, exceção feita, creio eu, ao Ceará.

Por outro lado, se somarmos os territórios de Portugal, Reino Unido, Bélgica, Irlanda, Holanda, Áustria, Hungria, Dinamarca, Alemanha, Espanha e França, teremos uma extensão territorial de 2.103.505 km<sup>2</sup>. A Amazônia possui uma área de 2.194.596 km<sup>2</sup>!

As seis perguntas feitas no início deste artigo dão a impressão de que, a qualquer momento, aquilo que se discute apenas como questão acadêmica nos fóruns internacionais – de que a Amazônia não é brasileira,

mas da Humanidade – poderá ensejar medidas por parte das nações que dirigem o mundo e que, desde a queda do Muro de Berlim, se intitularam guardiães do universo.

A destruição da Iugoslávia para derrubar Milosevic, a título de proteger a população do Kosovo, não foi uma decisão da ONU, mas dos poucos países mais ricos do mundo, capitaneados pelos Estados Unidos. E já há manifestações naquele país de que os Estados Unidos devem estar preparados para intervir na Amazônia, quando se fizer necessário. Mitterrand chegou a defender a tese de que o Brasil deve ter uma soberania relativa sobre a Amazônia. E, recentemente, um general americano que colaborara com a Colômbia, na luta do narcotráfico, disse que, se o Brasil não permitir que suas tropas entrem no País para combater o narcotráfico, retaliações econômicas poderiam ser tomadas pela nação americana.

**Quanto mais o governo se desinteressar pela Amazônia tanto mais alimentará a certeza de que não mais pertence ao Brasil, mas ao mundo**

É neste quadro de preocupações, que tenho alertado em inúmeros artigos, que me parece insensata a permanente busca, nos gabinetes governamentais, de redução dos incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus, garantidos até 2013, principalmente no concernente a área das mais modernas na economia, como é o caso da informática. Nego-me a discutir aqui aspectos legais do que entendo ser atuação manifestamente inconstitucional, pois não faria a indelicadeza de defender pontos de vista jurídicos pelas páginas do **Jornal da Tarde**, por já tê-los defendido em ações bem sustentadas junto ao Supremo Tribunal Federal no passado e que poderão voltar às barras dos tribunais no futuro. Tal matéria deixo-a para o Judiciário, até

porque sempre me neguei a expor em artigos jornalísticos meu pensamento jurídico sobre questões que defendo como advogado.

Quero, todavia, realçar aspectos exclusivamente econômicos e políticos para a reflexão dos governantes. Se os incentivos fiscais forem estendidos a todos os Estados como pretende o governo, de rigor, aquilo que a Constituição garante à Zona Franca até 2013 acabará de imediato, pois nenhuma empresa mais irá para Manaus; e aquelas que lá estão de lá sairão ou não desenvolverão mais projetos voltados ao desenvolvimento regional. Ademais, em relação ao 6º ponto dos questionamentos que coloquei no início deste artigo, ficará definitivamente caracterizado o desinteresse federal em preservar sua própria soberania em tão vasto território. É que com o esvaziamento da Zona Franca, o governo federal estará incentivando outras atividades na região predatórias da natureza, por questão de sobrevivência. Como já Lester Brown em *O 29º dia* alertou, a destruição das florestas pelos brasileiros da região decorre da falta de outras alternativas energética e de sobrevivência econômica.

Estou convencido – e falo exclusivamente sobre o ponto de vista político e econômico – que a insensibilidade do governo é um erro monumental. Sobre reduzir a receita fiscal em setor tão relevante – pois todos os produtos de informática em todo o Brasil deixarão de pagar tributos importantes para o País – liquidará com o único núcleo realmente eficaz, até o presente, para desenvolvimento de região tão importante do País.

Quanto mais o governo federal se desinteressar pela Amazônia, tanto mais alimentará, nas nações desenvolvidas, a certeza que ela não mais pertence ao Brasil, mas ao mundo.

Tal questão merece reflexão indiscutível de cidadãos e formadores de opinião neste país.

**Ives Gandra da Silva Martins**  
é professor emérito da Universidade Mackenzie

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

Fonte: JTM

Data: 8/11/2000 Pg. 2/A

Class.: 167

Documentação